

PARA: Presidente da Câmara, Dr. Hermínio Loureiro
Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares
Vereador, Dr.ª Gracinda Leal
Vereador, Dr. Isidro Figueiredo
Vereador, Dr. Pedro Marques

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO SANEAMENTO FINANCEIRO

Reporte a 31.dezembro.2011
Após encerramento das contas municipais

Oliveira de Azeméis, 23 de abril de 2012.



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:

Nuno José Pimenta de Oliveira Gomes

Funcionário N.º 715

CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL

23-04-2012 11:48:43

Nuno Gomes

Divisão M. Auditoria Interna Geral, Planeamento e Controlo de Gestão

\\Srv-users\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento
Financeiro_2008\Análise_Execução\2011_12_encerramento_contas\RAEPSF_1112_EC.docx

Despacho:

PARA APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL E DIVULGAÇÃO CONFORME
REGLAMENTO CONSTATADO NO PONTO 8 DO
RELATÓRIO



23/04/2012

Índice

Pág

1. Introdução	2
2. Empréstimo de Saneamento Financeiro	3
3. Execução Económico Financeira	4
4. Dívida Total Municipal	6
5. Equilíbrio Financeiro Municipal	7
5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo	7
5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo	7
5.3 Endividamento Líquido	9
5.4 Dívida a Fornecedores	10
5.5 Passivos Financeiros	11
5.6 Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	12
6. Execução Orçamental	13
7. Conclusões	14
8. Proposta	16

1. INTRODUÇÃO

Este relatório atualiza o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro emitido a 23 de janeiro 2012, com referência R-32.01.17-01/12.

De forma a dar cumprimento ao artigo 6º do Decreto-lei n.º 38/2008 e à alínea c) n.º 4 Art.º 40º da Lei 2/2007 (Lei das Finanças Locais), o presente relatório visa o acompanhamento da Execução do *Plano Saneamento Financeiro* (PSF) aprovado em Assembleia Municipal de 5 de Setembro de 2008 e do qual resultou a contratação de Empréstimo de Saneamento Financeiro no valor de 34.000.000€, com visto favorável do Tribunal de Contas de 24 de Outubro de 2008 (processo n.º 1216).

Considerando os pontos 5 e 6 do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro 2008, neste relatório de acompanhamento propõem-se analisar e evidenciar:

- Ponto de situação do empréstimo de saneamento financeiro.
- A taxa de execução anual, com dados reportados a 31.Dez.2011 após encerramento das contas municipais, face à execução económico-financeira prevista no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2011.
- A evolução da dívida e endividamento Municipal (2007/2011)
- A evolução dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro;
- As conclusões sobre o grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, dos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da lei das finanças locais.

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

O relatório reporta a execução a 31.Dez.2011 com dados atualizados após encerramento das contas Municipais referentes ao exercício 2011 aprovadas em Reunião de Câmara de 23.abril.2012.

2. EMPRÉSTIMO SANEAMENTO / CONSOLIDAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Contratado empréstimo de saneamento financeiro no valor de 34.000.000€, o Município procedeu a nove utilizações no montante global de 32.496.059,81€, sendo este exclusivamente direcionado para pagamento de créditos constantes da lista anexa ao contrato de empréstimo bancário, ficando garantido o não aumento de endividamento pela utilização do empréstimo.

O volume de utilizações do empréstimo (32.496.059,81€) ficou aquém do total contratado (34.000.000€) no valor de 1.503.940,19€.

Os motivos que originaram desvios entre o valor contratualizado e o efetivamente utilizado são globalmente identificados no quadro seguinte:

Descrição do motivo	Tipo de Entidade / Valor		
	Fornecedores C/C	Fornecedores de Imobilizado	Outros Credores
No período de utilização do empréstimo a entidade credora não apresentou documentos justificativos necessários à concretização do pagamento	2.639,24 €	4.053,01 €	942.534,78 €
Antecipação de pagamento crédito relativamente à data de aprovação do empréstimo de saneamento.	20.407,66 €	3.535,20 €	194.830,32 €
Aquisição de terrenos cujo processo não reuniu os requisitos necessários à conclusão/pagamento do crédito.		105.771,44 €	
Diferenças com origem na emissão de notas de crédito, estornos ou arredondamentos, relativos aos créditos da listagem anexa à contratualização do empréstimo de saneamento.	25.919,87 €	204.248,67 €	
Subtotais	48.966,77 €	317.608,32 €	1.137.365,10 €
TOTAIS		1.503.940,19€	

Tendo decorrido o período de carência de amortização do empréstimo até novembro de 2011, de forma a respeitar a imposição legal de redução do excesso da dívida com empréstimos médio e longo prazo, o Município procedeu a amortizações extra de capital no empréstimo de saneamento financeiro nos anos de 2009 (904.536€) e 2010 (705.625€) num total de 1.610.161€. Terminado o período de carência, nos meses de novembro e dezembro de 2011 o Município procedeu à amortização de capital no empréstimo de saneamento financeiro no valor de 513.306,20€, correspondente às duas primeiras prestações.

À data de 31.dezembro.2011, o valor em dívida com empréstimo de saneamento financeiro totalizava 30.372.592,61€:

Data	Utilizações	Amortizações de Capital
Nov-2008	27.301.771,04 €	
Dez-2008	4.168.647,28 €	
09-02-2009	661.123,69 €	
23-04-2009	364.517,80 €	
05-06-2009		334.536,00 €
30-12-2009		570.000,00 €
24-06-2010		87.500,00 €
12-07-2010		60.000,00 €
20-08-2010		60.000,00 €
14-10-2010		123.125,00 €
04-11-2010		125.000,00 €
21-12-2010		250.000,00 €
22-11-2011		256.395,85 €
23-12-2011		256.910,35 €
V. Acumulados (2008 a 2011)	32.496.059,81 €	2.123.467,20 €
Capital em dívida a 31.dezembro.2011 =	30.372.592,61 €	

3. EXECUÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

Conforme definido no ponto 5 do Estudo e Plano Saneamento Financeiro 2008, o Plano caracterizou-se pela fixação de limites máximos de custos e de investimentos e limites mínimos de proveitos que garantiam o objetivo macro municipal de equilíbrio económico-financeiro.

Uma política de contenção e o sistema implementado de controlo de recursos deverá garantir uma execução sem derrapagens ao objetivo macro de equilíbrio económico-financeiro, não obstante as necessidades de gestão de adaptação dos limites fixados no plano em consequência das variações ocorridas por fatores exógenos à organização, das obrigações e das competências municipais.

Para efeitos de análise comparativa com o *Plano Saneamento Financeiro*, considera-se exclusivamente: as compras, os custos e proveitos com impacto financeiro, o volume de investimento executado no ano e a contabilização dos movimentos relacionados com as participações externas ao investimento.

Execução Económico Financeira - Execução 2010 / Previsão anual 2011^{PSF} / Execução 2011 / Taxa Execução Anual

Descrição	2010 Execução	2011		% de Execução
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	
1	2	3	4	5 = 4/3
PROVEITOS- (CUSTOS+INVESTIMENTO)	2.347.748 €	2.204.240 €	3.581.702 €	162,5%
CUSTOS DE ESTRUTURA:				
Compras	1.616.526 €	2.208.608 €	1.558.677 €	70,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	6.635.127 €	5.469.052 €	6.836.726 €	125,0%
Transferências e Subsídios Correntes c/. Prest. Sociais	3.573.995 €	3.079.469 €	4.406.293 €	143,1%
Custos com Pessoal	10.668.072 €	11.204.049 €	9.810.042 €	87,6%
Outros Custos e Perdas Operacionais	327.898 €	92.716 €	331.418 €	357,5%
Custos e Perdas Financeiras	760.022 €	2.276.495 €	908.635 €	39,9%
Custos e Perdas Extraordinárias	4.005.001 €	2.174.858 €	2.618.015 €	120,4%
TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA	27.586.641 €	26.505.248 €	26.469.803 €	99,9%
TOTAIS - INVESTIMENTO	2.218.168 €	4.068.091 €	3.390.568 €	83,3%
TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA + INVESTIMENTO	29.804.809 €	30.573.339 €	29.860.371 €	97,7%
PROVEITOS				
Vendas e Prestação de Serviços	4.713.255 €	4.531.817 €	4.596.112 €	101,4%
Impostos e Taxas	9.597.817 €	11.017.723 €	10.094.489 €	91,6%
Proveitos Suplementares	1.689.837 €	1.455.893 €	1.617.146 €	111,1%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.458.132 €	15.591.339 €	14.815.863 €	95,0%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	845 €	0 €	344 €	
Proveitos e Ganhos Financeiros	40.562 €	83.371 €	40.602 €	48,7%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	358.722 €	97.436 €	398.730 €	409,2%
TOTAIS - PROVEITOS	31.859.170 €	32.777.579 €	31.563.287 €	96,3%
Proveitos diferidos	293.386 €	0 €	1.878.787 €	
TOTAIS - PROVEITOS + PROV. DIFERIDOS	32.152.556 €	32.777.579 €	33.442.074 €	102,0%

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

No ano 2011, registando uma taxa de execução de 102%, o volume de proveitos (31.563.287€) acrescido dos *proveitos diferidos* (1.878.787€), relacionados com a aprovação de pedidos de pagamento de participação a investimento, totalizam 33.442.074€. Valor que supera o limite mínimo de proveitos previstos para o ano 2011 (32.777.579€) em 664.495€ (+2%).

O desvio positivo na execução global dos proveitos foi conseguido essencialmente pela rubrica de Proveitos Diferidos (+1.878.787€), compensando a execução abaixo do previsto nos restantes rubricas de proveitos (-1.214.292€).

Considerando as rubricas mais relevantes, os desvios negativos verificaram-se:

- Nos proveitos com *Impostos e taxas* ^{-923.234€, -8,4%}, pela quebra nos impostos diretos relativamente ao valor estimado tendo por base os valores históricos registados à data da elaboração do PSF, nomeadamente, nas rubricas da *Derrama e Imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens*:

Rubrica	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
<i>Derrama</i>	1.716.072 €	1.023.134 €	1.003.596 €	659.099 €	1.390.956 €
<i>Imposto municipal s/ transmissões onerosas de bens</i>	1.962.955 €	2.250.832 €	1.328.734 €	1.924.346€	1.338.727 €

- Nos proveitos relacionados com *Transferências e subsídios obtidos* ^{-775.476€, -5,0%}, pela diminuição do volume de transferências do Orçamento de Estado para o Município, que registou uma diminuição anual de -672.170€, valor que acresce à diminuição de transferências já verificadas no ano 2010.

Os custos de estrutura e investimento apresentam uma taxa de execução de 97,7% dos limites máximos estimados no *Plano de Saneamento Financeiro* para o ano 2011, ficando abaixo do limite máximo em 712.968€ (30.573.339€^{E.PSF2011} vs 29.860.371€^{Execução.2011}).

Considerando as rubricas de custo/investimento mais significativas, a execução 2011 apresenta uma execução superior ao estimado no PSF nas rubricas:

+ Compras e Fornecimentos e Serviços Externos ¹	+ 717.742€;
+ Transferências e Subsídios Correntes	+ 1.326.823€;
+ Outros Custos e Perdas Operacionais	+ 238.701€;
+ Custos e Perdas Extraordinárias	+ 443.157€.

Esta tendência encontra-se compensada pela execução inferior ao previsto nas restantes rubricas, nomeadamente:

- Custos com Pessoal	- 1.394.008€;
- Custos e Perdas Financeiras	- 1.367.860€;
- Investimento	- 677.523€;

Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 3.581.702€, superando em 62,5% (+1.377.463€) o valor estimado no *Plano Saneamento Financeiro* para o ano 2011 (2.204.240€).

Evidenciando um desvio positivo ao objetivo anual fixado, o superavit gerado no ano 2011 permitiu a reaproximação global dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro, conforme se demonstra no ponto 5 deste relatório.

O superavit gerado garantiu, também, uma redução da dívida e uma redução do endividamento líquido municipal e endividamento de médio e longo prazo acima dos limites mínimos legalmente estabelecidos.

¹ Na análise das rubricas *Compras e Fornecimentos e serviços externos* deve ter-se em consideração a alteração do critério contabilístico no registo dos custos relacionados com a iluminação pública. No momento da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro esta aquisição era registada numa conta de compras, atualmente é registada na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*. No ano 2011 os custos relacionados com iluminação pública ascenderam a 1.078.636€.

4. DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL

No final de 2011, a dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo totalizava o montante de 47.685.633€, registando uma redução de 1.795.413€ relativamente à dívida total reportada a 31.Dez.2010 e uma redução acumulada de 7.499.536€ (-13,6%) relativamente ao ano que antecedeu a aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro (55.185.169€^{Dez.2007} vs 47.685.633€^{Dez.2011}).

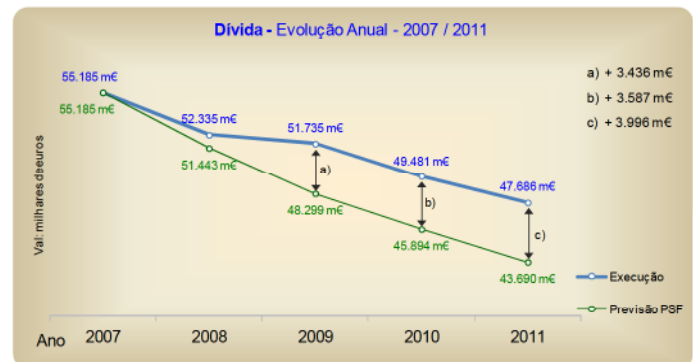
Evolução Dívida Total Municipal - Comparativo 2007/2011

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	Variação	
						2010/2011	2007/2011
Estrutura da Dívida Municipal:							
Dívida a Fornecedores conta corrente	15.642.229 €	2.611.522 €	2.605.275 €	2.364.249 €	2.700.084 €	+ 335.835 €	- 12.942.145€
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	270.356 €	285.464 €	269.927 €	229.402 €	229.191 €	- 211 €	- 41.165€
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	15.198.099 €	1.246.528 €	2.758.469 €	1.480.203 €	1.213.381 €	- 266.822 €	- 13.984.718€
Dívida ao Pessoal	39.022 €	32.784 €	17.874 €	24.962 €	23.933 €	- 1.029 €	- 15.089€
Dívida a Outros Credores	8.719.545 €	2.135.820 €	1.734.764 €	3.606.866 €	4.193.701 €	+ 586.834 €	- 4.525.844€
Dívida de empréstimos bancários m/l prazo	15.315.918 €	46.023.184 €	44.348.642 €	41.775.364 €	39.325.344 €	- 2.450.020 €	+ 24.009.426€
Dívida de empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0€
Dívida Municipal Total	55.185.169 €	52.335.301 €	51.734.951 €	49.481.046 €	47.685.633 €	- 1.795.413€	- 7.499.536 €

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

Globalmente a dívida no final do exercício está acima do valor previsto no *Plano de Saneamento Financeiro*, evidenciando um desvio de 3.995.692€ (+9,1%), superior ao desvio registado no final do ano anterior.

Não obstante a manutenção de desvio, o saldo de tesouraria a 31.dez.2011, no valor de 2.046.829€, conforme quantificado no ponto 6 deste relatório, evidencia capacidade financeira do Município para redução imediata do valor da dívida e de recuperação do desvio face ao estimado em PSF.



Dívida Total Municipal – Comparativo: Estimativa Plano Saneamento Financeiro / Execução

Descrição	Ano 2011		Diferença PSF vs Execução ²⁰¹¹	
	Previsão PSF	EXECUÇÃO	€	%
Estrutura da Dívida Municipal:				
Dívida a Fornecedores conta corrente	1.200.632 €	2.700.084 €	+ 1.499.452 €	+ 124,9%
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	214.104 €	229.191 €	+ 15.087 €	+ 7,0%
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	308.333 €	1.213.381 €	+ 905.047 €	+ 293,5%
Dívida ao Pessoal	0 €	23.933 €	+ 23.933 €	
Dívida a Outros Credores	839.525 €	4.193.701 €	+ 3.354.176 €	+ 399,5%
Dívida de empréstimos bancários m/l prazo	41.127.347 €	39.325.344 €	- 1.802.003 €	- 4,4%
Dívida de empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	+ 0 €	
Dívida Municipal Total	43.689.941 €	47.685.633 €	+ 3.995.692 €	+9,1%

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

5. EQUILÍBRIO FINANCEIRO MUNICIPAL

O quadro 3 do *Estudo de Saneamento Financeiro*, considerando o definido nos artigos 39º e 37º da Lei 2/2007 e no artigo 3º do Dec. Lei 38/2008, apresentava a estimativa de evolução dos principais indicadores de equilíbrio financeiro Municipal.

Os pontos abaixo apresentam os principais indicadores financeiros resultantes da execução a 31.Dez.2011, comparando com os valores estimados no Estudo Saneamento Financeiro para o ano 2011 e a sua evolução no período de vigência do plano.

A introdução na Lei do Orçamento de Estado para 2011 de novas regras no controlo do endividamento municipal e as subsequentes orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), impuseram alterações aos planos inicialmente aprovados para o ano 2011 e intensificam a necessidade de permanente monitorização dos indicadores de desempenho económico-financeiro.

A introdução de novas regras e a diminuição das transferências provenientes da participação do Município nos impostos do Estado (FEF + IRS) contribuíram significativamente para a inversão da tendência de aumento dos limites legais de endividamento prevista no Plano de Saneamento Financeiro, com impacto nos limites do *endividamento líquido* ^(Ponto 5.3) e nos limites do capital em dívida com empréstimos médio e longo prazo ^(Ponto 5.2).

5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo

No ano 2011, o Município não efetuou qualquer utilização do empréstimo de curto prazo, não apresentando desta forma dívida de *Empréstimos de Curto Prazo* a 31.dezembro.2011.

O limite de endividamento de Empréstimos Curto Prazo para o ano 2011 ascende a 2.003.307€ (n.º 1, art.º 39 – Lei 2/2007).

Descrição	Ano 2010	Ano 2011		Dif. Previsão Dez.2011 vs Exec. Dez.2011	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento empréstimos curto prazo (nº 1, artº 39 - Lei 2/2007)	1.987.505 €		2.003.307 €		
Valor em dívida de Empréstimos de curto prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	
Margem para o limite / (Montante em excesso)	1.987.505 €		2.003.307 €		

Fonte: Lim_Endividamento

A 31.Dez.2011 existia autorização da Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo de curto prazo, a utilizar no ano 2012, no montante de 750.000€ (Caixa Geral de Depósitos).

5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo

No final de 2011 a dívida total com empréstimos bancários de médio e longo prazo totalizava 39.325.344€, registando uma diminuição de 2.450.020€ face a dezembro.2010. (39.325.344€^{Dez.2011} vs 41.775.364€^{Dez.2010})

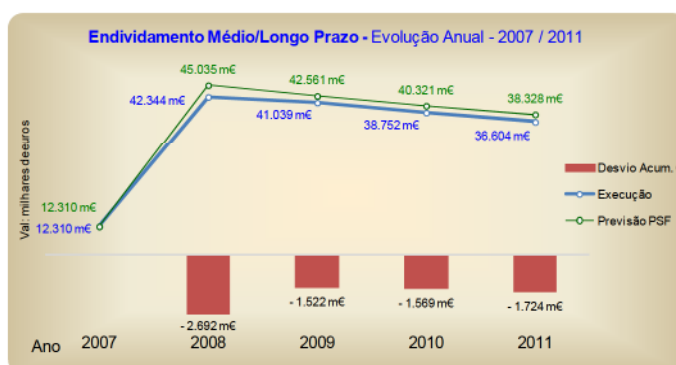
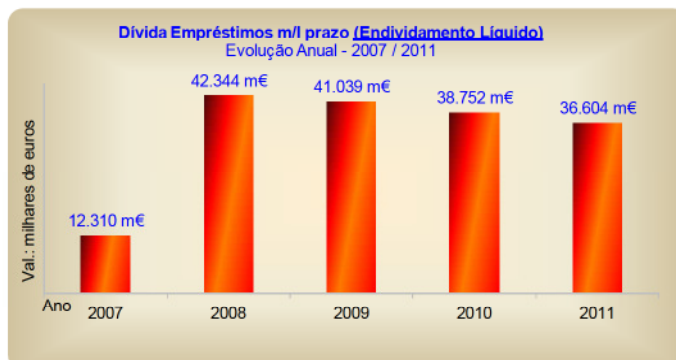


Considerando exclusivamente os empréstimos com impacto no endividamento líquido, a dívida municipal com *empréstimos de médio e longo prazo* totalizava em 2011 o montante de 36.603.878€, registando uma diminuição anual de 2.147.964€ (36.603.878€^{Dez.2011} vs 38.751.842€^{Dez.2010})

A utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o excesso do limite legal da dívida referente a *empréstimos médio e longo prazo* (n.º 2, art.º 39º - Lei 2/2007). Conforme definido no n.º 3, art.º 3º do Dec. Lei 38/2008, este excesso não prejudicou a contratação do empréstimo, ficando o Município obrigado à redução anual de 10% do montante em excesso (artº 39, nº3, Lei 2/2007).

Com a publicação do Orçamento de Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12), a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) quantificou o novo limite máximo para o endividamento de médio e longo prazo de 2011 em 38.075.977€, considerando a alteração da data de referência de cálculo para setembro.2010. Considerando este valor, o Município superou em 1.472.099€ a redução mínima estabelecida.

Conforme se demonstra, o Município deu cumprimento à imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo e supera em 1.723.732€ o valor em dívida previsto em PSF para o final do ano 2011 (36.603.878€^{Execução.2011} vs 38.327.610€^{Previsão.PSF.2011})



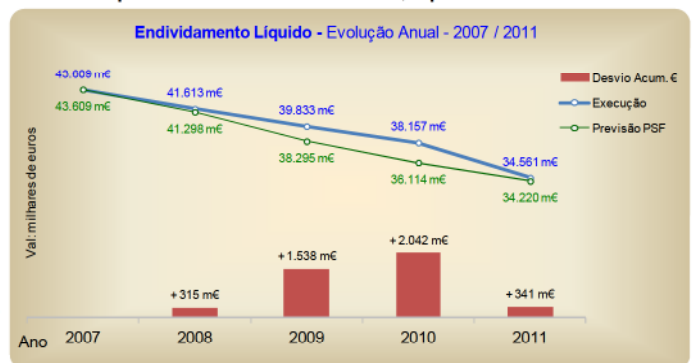
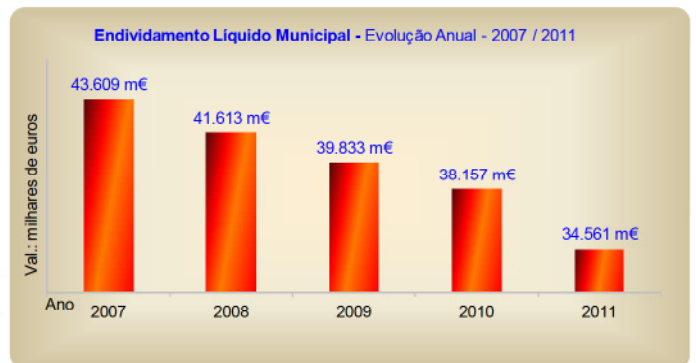
Descrição	Ano 2010	Ano 2011		Dif. Previsão vs Exec.	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Demonstração conforme previsão do Plano Saneamento Financeiro, aplicando a Lei 2/2007					
Limite empréstimos de médio e longo prazo (nº 2, artº 39 - Lei 2/2007)	19.875.049 €	21.016.116 €	20.033.075 €		
Capital em dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	38.751.842 €	38.327.610 €	36.603.878 €	- 1.723.732 €	- 4,5%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(18.876.793 €)	(17.311.495 €)	(16.570.803 €)		
Imposição legal de redução de endividamento (nº 3, art. 39, Lei - 2/2007)	- 2.116.433€	- 1.962.927€	- 1.871.877€		
Redução anual da dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	- 2.287.536€	- 1.993.340€	- 2.147.964€	- 154.624 €	- 7,8%
Margem p/ limite redução/(Insuficiência de Redução)	171.103€	30.413€	276.087€		
Demonstração conforme indicações da DGAL sobre a aplicação do art.º 53.º da Lei n.º 55-A/2010 conjugado com a Lei 2/2007					
Montante máximo endividamento médio e longo prazo			38.075.977 €		
Capital em dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	38.751.842 €	38.327.610 €	36.603.878 €	- 1.723.732 €	-4,5%
Redução anual da dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	- 2.287.536€	- 1.993.340€	- 2.147.964€	- 154.624 €	
Margem p/ limite redução/(Insuficiência de Redução)			1.472.099€		

Fonte: Lim_Endividamento

5.3 Endividamento Líquido

No final de 2011, o endividamento líquido municipal totalizava 34.561.099€, registando uma diminuição de 3.595.539€ face a dezembro.2010, acumulando um decréscimo de 9.048.399€ relativamente a dezembro.2007.

Apresentando uma redução anual do endividamento líquido acima da redução prevista, para o ano 2011, no Plano de Saneamento Financeiro (-1.894.389€ Diminuição anual prevista vs -3.595.539€ Diminuição anual executada), o desvio acumulado que se verificava em 2010^(2.042.386€) foi parcialmente anulado, quantificando-se no final do ano 2011 no montante de 341.235€. Esta redução do endividamento líquido municipal permite cumprir com a redução mínima anual exigida pela Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007), que impõe ao Município de Oliveira de Azeméis a diminuição anual mínima de 10% do montante que excede o limite máximo de endividamento líquido.



Com a publicação do Orçamento de Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12), a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) considerando (pela interpretação do art.º 53.º da referida lei) que o Município se encontraria vinculado à redução do endividamento líquido no montante correspondente a 10% do excesso verificado a setembro.2010, quantificou a meta de redução para 35.041.133€ de endividamento líquido. Com a alteração ao Orçamento de Estado para 2011 (Lei n.º 60-A/2011, de 30/11) a data de referência do cálculo do endividamento líquido foi novamente colocada em dezembro.2010, fixando a meta de redução acima dos 36.000.000€.

Descrição	Ano 2010	Ano 2011		Dif. Previsão vs Exec.	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
<i>Demonstração conforme previsão do Plano Saneamento Financeiro, aplicando a Lei 2/2007</i>					
Limite ao endividamento líquido (nº 1, artº 37º - Lei 2/2007)	24.843.812 €	26.270.145 €	25.041.344 €		
Endividamento Líquido	38.156.638 €	34.219.864 €	34.561.099 €	+ 341.235 €	+ 1,0%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(13.312.826 €)	(7.949.719 €)	(9.519.755 €)		
Imposição Legal de Redução Anual do endividamento (10% do excesso – nº 2 artº 37º - Lei 2/2007)	-1.498.933 €	-1.024.965 €	-1.311.529 €		
Redução anual do Endividamento Líquido Municipal	-1.676.502 €	-1.894.389€	-3.595.539 €	- 1.701.150 €	
Margem legal de redução do endividamento / (Insuficiência de redução)	177.570 €	869.424 €	2.284.010 €		
<i>Demonstração conforme indicações da DGAL sobre a aplicação do art.º 53.º da Lei n.º 55-A/2010 conjugado com a Lei 2/2007</i>					
Montante máximo endividamento líquido			35.041.133 €		
Endividamento Líquido	38.156.638 €	34.219.864 €	34.561.099 €	+ 341.235 €	+ 1,0%
Redução anual do Endividamento Líquido Municipal	-1.676.502 €	-1.894.389€	-3.595.539 €	- 1.701.150 €	
Margem legal de redução do endividamento / (Insuficiência de redução)			480.034 €		

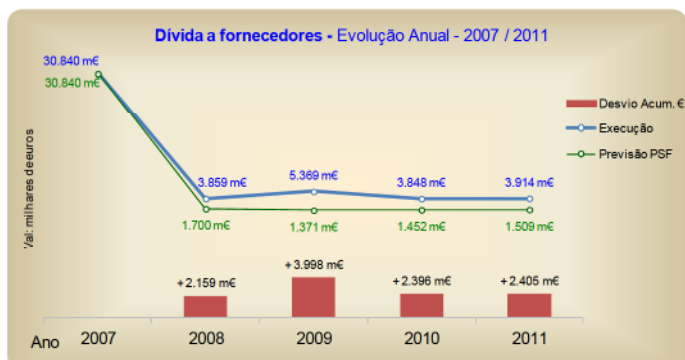
Fonte: Lim_Endividamento

5.4 Dívida a Fornecedores

A dívida a fornecedores totaliza 3.913.591€, valor que representa 11,9% das receitas totais do ano anterior.

Registando um aumento de 65.134€, o volume de dívida a fornecedores fixou-se em 3.913.591€ contrapondo com o total de 3.848.457€ registado em Dez.2010.

A evolução da dívida a fornecedores dentro dos valores estimados no plano de saneamento financeiro ficou condicionada pela não utilização integral do empréstimo de saneamento financeiro, conforme referido no ponto 2 deste relatório, e pelo nível de execução económico-financeiro do ano 2009.



Registando um desvio *execução/previsão* aproximado ao registado no final de 2010 (+2.404.626€^{Desvio Dez.2011} vs +2.396.367€^{Desvio Dez.2010}), o valor da dívida a fornecedores mantém-se acima do previsto em PSF.

Não obstante, o saldo final da conta de gerência registado no final de 2011 (2.046.029€) evidencia a capacidade financeira do Município para a imediata redução do valor da dívida e recuperação do desvio fase ao estimado em PSF.

Descrição	Ano 2010	Ano 2011		Dif. Previsão Dez.11 Vs Exec.Dez.11	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Fornecedores	2.364.249 €	1.200.632 €	2.700.084 €	+ 1.499.452 €	+ 124,9%
Fornecedores de imobilizado	1.480.203 €	308.333 €	1.213.381 €	+ 905.047 €	+ 293,5%
Credores pela Execução do Orçamento - Despesa	0 €		0 €		
Consultores, Assesores e Intermediários	4.006 €		126 €	+ 126 €	
Dívida total a Fornecedores	3.848.457 €	1.508.966 €	3.913.591 €	+ 2.404.626 €	+ 159,4%
Limite mínimo de equilíbrio - 40% da Receita total ano anterior - (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08)	13.712.071 €	12.898.150 €	13.144.254 €		
Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	9.863.614 €	11.389.184 €	9.230.662 €		

Fonte: Lim_Endividamento

Com um volume de dívida a fornecedores dentro dos limites de equilíbrio legalmente estabelecidos (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08) e registando uma evolução positiva nos últimos dois exercícios, o Município deve prosseguir os objetivos de redução até aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

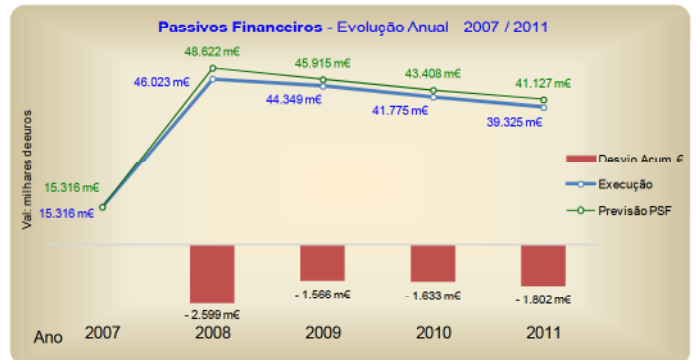
5.5 Passivos Financeiros

No final do ano 2007 os *passivos financeiros* do município totalizavam 15.315.918€. A contratação e utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o aumento deste passivo no final do ano 2008 para o valor de 46.023.184€.

Com um volume global de 2.450.020€ de amortizações durante o ano 2011, os passivos financeiros totalizam o montante de 39.325.344€ à data de 31.Dez.2011.

Considerando que se tem verificado um valor anual de amortizações superior ao valor estimado no Plano de Saneamento Financeiro, o desvio da execução face à previsão acentuou-se ligeiramente, verificando-se no final de 2011 um valor de passivos financeiros abaixo do previsto em 1.802.003€.

(41.127.347€^{Previsão 2011 PSF} vs 39.325.344€^{Execução 2011})



No final de 2011, os passivos financeiros do Município representam 118,2% da Receita Total do ano, com equilíbrio do limite definido no Art.º 3º, n.º 4 – c) do Dec.Lei 38/2008 (Passivos Financeiros inferior a 200% da Receita Total do ano).

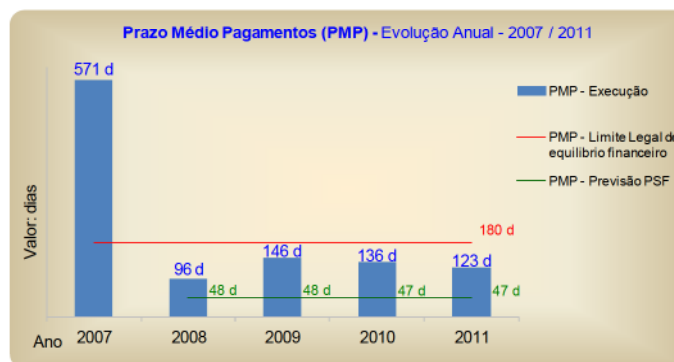
Descrição	Ano 2010	Ano 2011		Dif. Previsão Dez.11 vs Exec.Dez.11	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Empréstimos bancários	41.775.364 €	41.127.347 €	39.325.344 €		
Passivos Financeiros Totais	41.775.364 €	41.127.347 €	39.325.344 €	- 1.802.003 €	- 4,4%
Receitas totais ano (ano n)	32.860.634 €	32.777.579 €	33.271.296 €		
200% da Receita total ano (ano n) - Artº 3º-n.4-c) Dec.Lei 38/2008	65.721.268 €	65.555.158 €	66.542.591 €		
Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	23.945.904 €	24.427.811 €	27.217.247 €		

Fonte: Lim_Endividamento

5.6 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Conforme *Plano Saneamento Financeiro* e considerando a utilização integral do empréstimo de saneamento, estimou-se que no final 2011 a dívida a fornecedores representaria um PMP de 47 dias. A não utilização integral do empréstimo e a execução económico-financeira 2009 condicionaram a evolução do rácio PMP.

A execução económica e o volume de pagamentos no ano 2011 permitiram uma recuperação deste rácio relativamente a Dez.2010 em 13 dias, passando a dívida a fornecedores a representar um PMP de 123 dias.



Cumprindo o limite mínimo de 180 dias de PMP definido no Art.º 3º, n.º 4 d) do Dec. Lei 38/2008, este indicador apresenta, no final de 2011, um desvio de 76 dias face ao PMP estimado no Plano de Saneamento Financeiro e uma diminuição de 13 dias face a Dez.2010.

Descrição	Ano 2010	Ano 2011		Dif. Previsão Dez.11 vs Exec.Dez.11	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Dívida a Fornecedores	3.848.457 €	1.508.966 €	3.913.591 €	+ 2.404.626 €	+ 159,4%
Aquisições bens e serviços últimos 12 meses	10.323.448 €	11.745.751 €	11.614.571 €	- 131.180 €	- 1,1%
Prazo médio de pagamentos	136 dias	47 dias	123 dias	+ 76 dias	
Limite PMP - Artº 3º-n.4-d) Dec.Lei 38/2008	180 dias	180 dias	180 dias		
Margem de Equilíbrio / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	44 dias	133 dias	57 dias		

Fonte: Lim_Endividamento

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No ano 2011 a *Despesa* do Município totalizou 32.047.661€ e a *Receita Total* ascedia a 33.271.296€, representando uma taxa de execução de 97,8%^{despesa} e 101,5%^{receita total} face aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2011.

Apresentando desvios entre rubricas, globalmente a execução orçamental evidencia uma execução anual com cumprimento dos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro, apresentando um volume de despesa inferior em 729.293€ e uma execução de receita superior em 493.717€ face aos valores previstos.

Execução Orçamental

Comparativo 2008/2009/2010/2011 – Estimativa 2011 / Execução dezembro.2011

(valores em euros)

Descrição	Execução			2011		% de Execução
	2008	2009	2010	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
Saldo Inicial Conta de Gerência	1.390.574	1.259.453	187.153	1.680.391	853.231	
Despesa Corrente						
Despesas com o Pessoal	10.767.297	10.563.188	10.912.326	11.199.851	10.183.523	90,9%
Aquisição de Bens e Serviços	13.586.631	7.711.148	8.200.180	8.022.209	8.057.607	100,4%
Juros e Outros Encargos	2.623.187	1.697.378	839.440	2.276.495	893.831	39,3%
Transferências Correntes	6.664.900	2.923.286	3.251.485	3.066.555	4.220.949	137,6%
Outras Despesas Correntes	528.074	689.278	1.100.854	92.716	718.365	774,8%
Totais - Despesa Corrente	34.170.089	23.584.279	24.304.284	24.657.827	24.074.276	97,6%
Despesa Capital						
Aquisição de Bens de Capital	26.082.575	4.435.686	3.734.432	3.666.667	3.720.587	101,5%
Transferências de Capital	4.332.653	2.139.216	1.536.763	2.171.492	1.801.780	83,0%
Ativos Financeiros	2.841	175.272	13.551	0	999	
Passivos Financeiros	2.555.025	4.371.584	3.158.051	2.280.968	2.450.020	107,4%
Outras Despesas de Capital	143.609	76.948	0	0	0	
Totais - Despesa Capital	33.116.703	11.198.706	8.442.798	8.119.127	7.973.385	98,2%
Despesa Total	67.286.792	34.782.985	32.747.082	32.776.953	32.047.661	97,8%
Receita Corrente						
Impostos Diretos	8.925.226	7.971.903	8.549.571	9.686.731	9.053.377	93,5%
Impostos Indiretos	119.686	133.048	222.907	670.130	175.805	26,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	721.824	642.834	795.196	758.297	688.054	90,7%
Rendimentos de Propriedade	101.250	38.249	41.127	83.371	40.191	48,2%
Transferências Correntes	10.745.483	11.154.785	11.067.754	11.436.544	10.779.369	94,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.200.125	5.958.487	6.308.923	5.879.992	6.036.123	102,7%
Outras Receitas Correntes	251.702	868.215	248.992	107.719	258.575	240,0%
Totais - Receita Corrente	26.065.296	26.767.520	27.234.470	28.622.784	27.031.493	94,4%
Receita Capital						
Vendas de Bens de Investimento	560.105	26.585	7.538	0	1.565	
Transferências de Capital	6.922.517	4.633.747	4.957.726	4.154.795	6.210.751	149,5%
Ativos Financeiros	0	0	0	0	3.107	
Passivos Financeiros	33.295.886	2.757.641	570.000	0	0	
Outras Receitas de Capital	36.640	10.768	673	0	598	
Totais - Receitas Capital	40.815.148	7.428.741	5.535.937	4.154.795	6.216.021	149,6%
Outras Receitas	42.988	83.917	90.227	0	23.781	
Receita Total	66.923.433	34.280.178	32.860.634	32.777.579	33.271.296	101,5%
Saldo Anual de Operações de Tesouraria	+ 232.238	-569.493	552.526		-30.037	
Saldo Final Conta de Gerência	1.259.453	187.153	853.231	1.681.017	2.046.829	

Fonte: Orçamental

7. CONCLUSÕES

7.1 No final de 2011 o capital em dívida do empréstimo *de saneamento financeiro* totalizava 30.372.592,61€.

Do montante contratualizado (34.000.000,00€), o Município utilizou 32.496.059,81€ e efetuou amortizações de capital no valor global de 2.123.467,20€ (dos quais 1.610.161,00€ relativos a amortizações extraordinárias).

Ponto 2

7.2 As contas municipais a 31.Dez.2011 apresentam uma taxa de execução de custos de estrutura e de investimento de 97,7% dos limites máximos previstos no plano de saneamento financeiro para o ano 2011, situando-se abaixo dos limites máximos estimados em 712.968€ (30.573.339€^{E.PSF_2011} vs 29.860.371€^{Execução_2011}).

Do lado dos proveitos com impacto financeiro a execução anual representa 102,0% dos limites mínimos previstos para 2011, com um desvio positivo de 664.495€ relativamente ao valor estimado (32.777.579€^{E.PSF_2011} vs 33.442.074€^{Execução_2011}).

Pontos
3, 4,
5.3 e 6

Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 10,71%^{s/proveitos}, no montante de 3.581.702€, superando em 1.377.463€^(+62,5%) o valor estimado no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2011^(2.204.240€).

A execução económico-financeira de 2011 permitiu a redução da dívida total municipal em 1.795.413€, tendo-se fixado em 47.685.633€.

Relativamente à dívida estimada para o final de 2011 no *Plano de Saneamento Financeiro*, o desvio quantifica-se em + 3.995.692€, tendo aumentado 408.202€ relativamente ao desvio verificado no final de 2010.

Não obstante, o Município evidencia capacidade financeira para redução imediata da dívida e recuperação do desvio verificado face ao previsto em PSF, considerando o saldo de conta de gerência registado a 31.dez.2011, no valor de 2.046.829€, conforme quantificado no ponto 6 deste relatório.

O endividamento líquido municipal regista uma diminuição de 3.595.539€, ultrapassando a redução estimada^(-1.894.389€) no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2011 em 1.701.150€. Esta redução permite uma aproximação aos valores estimados no PSF, apresentando um desvio de +341.235€ face ao montante estimado para o final do ano 2011.

O endividamento líquido municipal totaliza 34.561.099€, acumulando um decréscimo no montante de 9.048.399€ desde a implementação do plano de saneamento financeiro.

Na vertente orçamental, verifica-se uma execução próxima dos níveis de receita e despesa previstos, evidenciando uma taxa de execução de 97,8% na *Despesa* e de 101,5% na *Receita Total*, face às verbas orçamentais previstas no Plano Saneamento Financeiro para o ano 2011.

7.3 No que respeita aos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da Lei da Finanças Locais, com recurso ao empréstimo de saneamento financeiro as contas municipais a 31.dezembro.2011 demonstram:

- O cumprimento do *Artigo 40º n.º 1 da Lei 2/2007* - Da operação de saneamento financeiro não resultou o aumento do *Endividamento Líquido Municipal*. Ponto 2
- A **dívida total** do Município registou uma diminuição anual de -1.795.413€ (47.685.633€^{Dez.2011} vs 49.481.046€^{Dez.2010}), acumulando uma redução relativamente ao exercício antecedente ao saneamento financeiro de -7.499.536€ (47.685.633€^{Dez.2011} vs 55.185.169€^{Dez.2007}). Pontos 4; 5.2 e 5.4
- Cumprimento do n.º 3, Artigo 39 da Lei 2/2007 - A dívida referente a **empréstimos médio e longo prazo** com impacto no endividamento líquido totaliza 36.603.878€, registando uma diminuição anual de 2.147.964€. Valor que supera a imposição legal de redução em 276.087€. Tendo por indicação o limite máximo de endividamento de médio e longo prazo inicialmente fixado pela DGAL para 2011 (38.075.977€), o Município supera em 1.472.099€ esse objetivo. Ponto 5.2
- Cumprimento do n.º 2, Artigo 37º da Lei 2/2007 - Apresentando uma redução anual do **Endividamento Líquido Municipal** no montante de 3.595.539€ (34.561.099€^{Dez.2011} vs 38.156.638€^{Dez.2010}), o Município superou a imposição legal de redução anual (-1.311.529€). Relativamente ao limite máximo de endividamento líquido para 2011 inicialmente indicado pela DGAL (em observância ao art.º 53.º da Lei 55-A/2010, entretanto alterado pela Lei n.º 60-A/2011), o Município cumpre esse objetivo com uma margem de 480.034€. Ponto 5.3
- Respeito pelo limite máximo de 40% definido na *alínea b) n.º 4, Artigo 3º do Decreto-Lei 38/2008* – O volume de **dívida a fornecedores** representa 11,9% das *receitas totais* do ano anterior, apresentando um aumento de 65.134€ face à dívida registada no final de 2010. Ponto 5.4
- Respeito pelo limite fixado no *Artigo 3º, n.º 4 c) do Dec. Lei 38/2008* – (Valor dos Passivos Financeiros inferior a 200% da receita total do ano) – Os passivos financeiros do Município representam 118,2% das Receitas Totais do ano. Ponto 5.5
- Respeito pelo prazo de 180 dias definido no Artigo 3º nº 4 d) do Decreto-Lei 38/2008 – A 30.Dez.2011, a dívida a fornecedores representava um prazo médio de pagamento (PMP) de 123 dias. Ponto 5.6
Verificando-se um desvio +76 dias relativamente ao estimado no Plano de Saneamento Financeiro e uma diminuição de 13 dias face a Dez.2010, este indicador tem evoluído favoravelmente nos dois últimos exercícios.

7.4 O referido nos pontos 7.2 e 7.3 evidencia que a Gestão Municipal perseguiu os objetivos fundamentais de equilíbrio económico-financeiro e de cumprimento da lei das finanças locais.

Registando uma recuperação face aos anos 2009 e 2010, no ano 2011 a gestão de recursos implementada permitiu: a diminuição anual do endividamento líquido e do endividamento de médio e longo prazo acima dos níveis previstos no Plano; atenuar os desvios destes indicadores relativamente aos valores estimados para o final do ano de 2011; e gerar capacidade de tesouraria que garante o incremento da recuperação na componente da dívida municipal.

Assim, deve o Município prosseguir nos objetivos de redução da dívida até aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro e que assegurem a inexistência de créditos vencidos.

8. PROPOSTA

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, propomos que ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

Oliveira de Azeméis, 23 de abril de 2012.



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:

Nuno José Pimenta de Oliveira Gomes

Funcionário Nº 715

CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL

23-04-2012 11:48:02

Nuno Gomes

Divisão M. Auditoria Interna Geral, Planeamento e Controlo de Gestão

\\Srv-users\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento Financeiro_2008\Análise_Execução\2011_12_encerramento_contas\RAEPSF_1112_EC.docx